

A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Insertion of professional training in the shelter for teenagers: Maria das Neves, in Arapiraca – AL

Aline Alves da Silva¹

James Washington Alves dos Santos²

Resumo: Este artigo tem como objeto de estudo a formação profissional voltada para as jovens que estão inseridas no abrigo Maria das Neves, em Arapiraca – AL e que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. Dentro do contexto de direitos, o objetivo geral do estudo é fomentar o ensino técnico a este público considerando suas especificidades. O método/teoria usado tem relação com os estudos de Howard Becker (2008) e Norbert Elias e John Scotson (2000), respectivamente, usando os conceitos de *outsiders* e estabelecidos. O primeiro tendo relação com o posicionamento social e o segundo, verificando como a segregação opera no mapeamento geográfico. A técnica de pesquisa utilizada foi de cunho qualitativo, baseada na descrição da etnográfica *in loco*, via experiência de pesquisa.

Palavras-chave: Educação Profissional. Direitos. Assistência Social. Abrigo. Outsiders.

Abstract: This article has as its object of study the professional training aimed at young people who are inserted in the Maria das Neves shelter, in Arapiraca - AL and who are in a situation of vulnerability and social risk. Within the context of rights, the general objective of the study is to promote technical education to this public, considering its specificities. The method/theory used is related to the studies of Howard Becker (2008) and Norbert Elias and John Scotson (2000), respectively, using the concepts of outsiders and established people. The first one is related to social positioning and the second one, verifying how segregation operates in geographic mapping. The research technique used was of a qualitative nature, based on the description of the ethnographic *in loco*, via research experience.

Keywords: Professional Education. Rights. Social Assistance. Shelter. Outsiders.

¹ Graduada em Serviço Social. Especialista em Educação Profissional – IFAL. ORCID: [0000-0002-3007-2393](https://orcid.org/0000-0002-3007-2393). E-mail: alinealvesdasilvanoah@gmail.com.

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Campus Araraquara. Professor de Sociologia do Instituto Federal de Alagoas – IFAL. ORCID: [0000-0002-5491-3716](https://orcid.org/0000-0002-5491-3716). E-mail: james.was@hotmail.com.



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

Introdução

O serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, na modalidade de abrigo institucional, integra um dos serviços de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é executado pela política de assistência social. O SUAS é um sistema público não contributivo (ou seja, que não exige do beneficiário contribuição direta), descentralizado (tem nos municípios sua gerência), o que antes era feito pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a lei federal, n.º 8.742 de 1993 e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Brasil, 1993), além de ser participativo, tendo por função a gestão de recursos específicos da assistência social (Brasil, 2009).

Diante disso, o objeto de estudo deste artigo é promover a integração entre ensino técnico profissionalizante e as jovens, entre 14 e 18 anos (incompletos), que estão acolhidas no Abrigo Maria das Neves, localizado no município de Arapiraca - Alagoas. Esta unidade é de natureza público-estatal e tem como finalidade ofertar proteção integral a crianças e adolescentes que foram afastados do convívio familiar por medida protetiva pela autoridade competente (Juizado da Infância e Juventude). Este abrigo tem capacidade para acolher 20 crianças e adolescentes, em tempo integral e de forma ininterrupta.

Segundo o *Guia de Orientações Técnicas* (Brasil, 2012), o Serviço de Acolhimento deve ofertar para crianças e adolescentes um ambiente e cuidados que estimulem e contribuam para o seu desenvolvimento, superação da violência, ressignificação da história de vida, fortalecimento da cidadania e autonomia e a inserção social. Por isso, este artigo defende uma justificativa de estudo que se baseia na necessidade de formação profissional para essas jovens, que estão sob medida protetiva de abrigo. O artigo também reflete sobre os desafios de se criar ofertas de formação para esse público, salientando quais cursos poderiam ser ofertados e de que maneira o seriam.

De acordo com o *Estatuto da Criança e do Adolescente* – ECA, Lei 8.069 (Brasil, 1990), o adolescente pode permanecer no serviço de acolhimento pelo período de 18



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

meses, e, após esse prazo, sua permanência é decidida através de audiência com as autoridades competentes e equipe da referida instituição. O tempo é fator determinante para esses adolescentes serem direcionados e preparados para a educação profissional e o mercado de trabalho. Contudo, outros fatores aparecem como desafios à formação técnica neste contexto, são eles: a ausência de documentação civil (Registro de Nascimento, RG e CPF, por exemplo) e a baixa escolaridade dos mesmos, elementos que se relacionam com a condição civil (Marshall, 1988; Carvalho, 2004).

Nesse contexto, é necessário refletir e propor estratégias que atendam a realidade das jovens do abrigo em questão, para que estas sejam inseridas na educação profissional. A educação profissional pode vir a ser uma via de acesso à cidadania e favorecer a formação de uma identidade profissional, baseada no pertencimento a uma sociedade, tendo as habilidades e competências comunicativas e laborais, como elementos formadores do *self* (Taylor, 1997).

Diante da situação de vulnerabilidade e risco social que as adolescentes em questão sofrem, minando suas perspectivas de futuro, é de total relevância que ações voltadas para a qualificação profissional sejam desenvolvidas e executadas em parceria com o abrigo. Isso já é ratificado formalmente de acordo com o ECA (Brasil, 1990). Neste estatuto, o adolescente aparece como portando o direito à profissionalização, incluindo capacitação profissional adequada e meios de inserção no mercado de trabalho.

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;

II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III - horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Dentro desse contexto de direitos, o objetivo geral do estudo é fomentar o ensino técnico ao público-alvo do abrigo Maria das Neves. O método/teoria usado tem relação com os estudos de Howard Becker (2008) e de Norbert Elias e John Scotson (2000),



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

respectivamente, usando os conceitos de *outsiders* e estabelecidos. O primeiro tendo relação com o posicionamento social e os processos de segregação³ e o segundo, verificando como esta mesma segregação opera no mapeamento geográfico e na formação de um *habitus* individual e coletivo. A técnica de pesquisa utilizada, foi de cunho qualitativo, baseada na descrição etnográfica *in loco*, via experiência de pesquisa. Isso pressupõe o levantamento de campo em dois sentidos: observação participante e aplicação do roteiro de debate com as jovens do Abrigo Maria das Neves.

Em termos de organização textual, este artigo se divide em duas partes, para além da introdução e das considerações finais. Na primeira, trabalhamos a questão da educação profissional e técnica no Brasil, no qual se inicia uma breve síntese do processo de surgimento, desafios e consolidação. Em termos de contextualização, começamos aqui a analisar o ensino técnico como possibilidade para os adolescentes inseridos no serviço de acolhimento institucional. Ainda nesta parte, será apresentado o *Programa Novos Caminhos* e realizada uma reflexão de qual classe social este programa e os cursos técnicos ligados a ele alcançam, explicitando a população alvo dos cursos.

Na segunda parte, serão abordadas as demandas das jovens inseridas em medidas protetivas e sua relação com a formação técnica. A apresentação e análise das demandas, por sua vez, mostra a conexão entre as jovens do abrigo, que estão excluídas da educação profissional, e a instituição IFAL, representada pelo *Programa Novos Caminhos*. Dando continuidade a esta parte do trabalho, serão apresentadas as propostas de execução de ação de qualificação profissional, por meio de catálogo de cursos, levando em conta as possibilidades estruturais e os limites que envolvem uma ação de qualificação profissional neste cenário social.

Sobre a educação profissional/técnica, as expectativas sociais e os grupos sociais vulneráveis

A educação profissional no Brasil passou por várias fases de organização desde a

³ A teoria que será aplicada é a *teoria crítica da exclusão social* de Howard Becker (2008), que considera a educação como inserida num conjunto de variáveis excludentes que incluem: o território, a origem familiar, as condições estruturais e as oportunidades.



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

sua origem. Em seus primórdios (no período colonial), a formação profissional era destinada às pessoas de classes sociais mais baixas e marcada pelo estigma da escravidão e do preconceito, pois os primeiros aprendizes de ofícios foram os indígenas e os escravizados (Fonseca, 1961).

Nesse contexto, o trabalho pesado e manual sempre foi destinado aos sujeitos de categorias sociais mais baixas e a educação intelectual, destinada aos sujeitos de categorias sociais mais altas, que naquela época seriam os filhos dos colonos (Garcia, 2000). Aqueles que desempenhavam atividades manuais estavam fadados a viverem desse ofício para o resto da vida, pois não poderiam desempenhar função pública, uma vez que já tinham exercido funções manuais. Era uma condição da época e servia como referência de demarcação profissional, de classe e territorial, pois definia também a ocupação dos espaços (nobres e periféricos), dadas as devidas nuances históricas e analíticas sobre os pontos que definem um *outsider* - estranho, excluído (Becker, 2008).

Com a criação das casas de fundição e de moeda, houve a necessidade do ensino de ofícios para aprendizes. Essas casas surgiram com a descoberta do ouro em Minas Gerais. A aprendizagem das Casas de Moedas foi destinada aos homens brancos e filhos dos empregados da própria casa, que, após a conclusão do curso, tinham direito a uma certidão de aprovação que comprovava suas habilidades, aquilo que pode ser considerado como o início da burocratização educacional técnica, nos moldes da racionalidade (Weber, 2004). Desta forma, a aprendizagem das Casas de Moedas, era totalmente diferente daquela desempenhada nos engenhos, que acontecia de forma assistemática e sem nenhuma certificação, no modelo de dominação hierárquica tradicional, que envolvia o senhor de engenho e os escravos (Weber, 2009). Neste período surgem também os primeiros Centros de Aprendizagem de Ofícios, vinculados à Marinha, que recrutavam os presos e as pessoas que fossem pegas nas ruas depois do toque de recolher daquela época. “O trabalho profissional era destinado às pessoas que estavam à margem da sociedade, em uma posição inferior” (Garcia, 2000, p. 3).

No contexto do Brasil Império, surge o primeiro Colégio de Fábricas, vinculado à coroa portuguesa e criado em 1808, com a abertura dos portos ao comércio estrangeiro.



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

A finalidade era atender à educação dos artistas e aprendizes, porém estes aprendizes eram de Portugal. Dessa forma, a população brasileira daquela época não foi contemplada para estudar no Colégio de Fábricas, nem mesmo os de classes sociais inferiores, aos quais eram destinados os trabalhos pesados e manuais. Em 1852 foi apresentada a ideia de fundar um estabelecimento de ensino de ofícios, que não levasse em conta a classe social dos alunos. Era uma ideia que andava na contramão dos que pensavam sobre a educação profissional daquela época. Contudo, esta ideia acabou não saindo do papel (Garcia, 2000; Grabowski & Kuenzer, 2006).

O Decreto 1.331-A de fevereiro de 1854, reformulou a instrução primária e secundária no Rio de Janeiro e apresentou medidas para os menores abandonados, criando asilos onde estes receberiam a instrução de 1º grau e posteriormente seriam enviados às oficinas públicas ou particulares para aprenderem um ofício. Em 1874, as casas de asilo foram renomeadas de Asilos dos Meninos Desvalidos do Rio de Janeiro e ofertavam educação a meninos de 6 a 12 anos. Contudo, dentro das perspectivas dos asilos, não foi possível colocar características de uma escola profissional de forma integrada à educação básica. Este pensamento de mudança do perfil no ensino dos ofícios só foi possível, finalmente, com o fim da escravidão e a Proclamação da República (em 1889). Segundo Garcia (2000, p. 5):

Nesse período vários setores da sociedade começaram a demonstrar a vontade de que se estabelecesse no Brasil um ensino que preparasse o trabalhador para as atividades da indústria; era necessária a melhoria da mão-de-obra, justificada pelo aumento da indústria no país. [...] No governo de Nilo Peçanha o ensino profissional no Brasil teve um grande impulso: em todas as capitais do Brasil foram criadas escolas de profissionalização. Em 1910 estavam instaladas dezenove escolas em situação bastante precária, tanto de instalações como de formação dos professores que atuavam.

As consequências da escravidão também eram sentidas na educação, pois se vinculava trabalho com escravidão e dessa forma a classe média não queria este tipo de educação. Em 1910, o Brasil tinha 19 escolas profissionalizantes que funcionavam de forma precária e seus professores não eram certificados. Garcia (2000), aponta também que, neste contexto, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), representou um impulso



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

para o ensino profissional, pois era necessário instalar indústrias no país e, diante disso, criou-se a necessidade de formação de mais operários. Nesse período (entre 1910 e 1920), criou-se a lei 3.454 de 06 de janeiro de 1918, que tinha a finalidade de alterar o ensino profissional no Brasil, e, com o Decreto 13.064, foram regulamentadas as Escolas de Aprendizes e Artífices.

As mudanças eram inevitáveis, o curso primário passou a ser ofertado para todos, além da criação de cursos noturnos de aperfeiçoamento para os trabalhadores. Diretores e professores eram nomeados através de concursos de títulos e provas práticas. No decorrer desse processo, aconteceu a substituição do nome das Escolas de Ofícios que passaram a ser chamadas de Liceus e destinadas ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

Percebemos nesse período uma total desvinculação entre formação profissional e educação; aos trabalhadores era destinada uma formação voltada para o treinamento, adiestramento até porque a nossa indústria ainda era bastante elementar, baseada no artesanato e manufatura com poucas exigências (Garcia, 2000, p. 7).

Ressaltamos que durante todo esse processo, o ensino profissional não tinha nenhuma regulamentação específica. Tal fato só aconteceu a partir de 1949, com as Leis Orgânicas do Ensino; mas apenas as escolas federais eram regulamentadas. As Leis Orgânicas transferiram o papel do Estado para os empresários, no que diz respeito à qualificação dos trabalhadores. Nesse cenário surge a disputa entre o Serviço Nacional dos Industriários - SNI, que posteriormente seria chamado de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI (que vinha se estruturando desde 1942) e as escolas de aprendizes e artífices, que se transformaram em Escolas Técnicas, com apoio do governo federal. Segundo Kuenzer (1997), confirma-se, neste sentido, a existência de dois caminhos diferenciados para os que aprenderam a exercer sua função por meio da escola: dirigentes de dois níveis – médio e superior. Os primeiros ligados ao processo produtivo: trabalhadores que complementam os poucos anos de escolaridade, com cursos profissionalizantes de duração variável e os segundos sendo intelectuais dirigentes de profissão liberal superior.



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

É possível notar muitas mudanças de nomenclaturas e condições burocráticas, porém, o que realmente aconteceu foi o distanciamento do Estado frente à educação profissional, e os empresários ditando suas finalidades e destinação a partir dos anos 1940. Contudo, o Governo Federal tem discutido “soluções” há algum tempo (após 1980), para o “problema” da formação dos trabalhadores (jovens ou não). Sua atuação se dá em dois campos: o primeiro, via Ministério da Educação, feito com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996), que tramitou desde 1988 e foi aprovada em dezembro de 1996 (lei nº 9.394), em que o ensino médio foi separado do ensino profissional, fato que depois foi desfeito pela lei nº 13.415, de 2007, que introduziu alterações na LDB, incluindo o itinerário formativo "Formação Técnica e Profissional" no ensino médio, onde as duas modalidades voltaram a se integrar, o que resultou na Portaria nº 646, de 14 de maio de 1997, que mudou a concepção das Escolas Técnicas para o de Centros Federais de Educação Tecnológica (Garcia, 2000).

Quadro 1: Documentos oficiais ligados à educação e a educação profissional no Brasil (1854-1997)

Decretos e Leis	Imposições e mudanças
Decreto 1.331-A (1854)	Reformulou a instrução primária e secundária no Rio de Janeiro, e apresentou medidas para os menores abandonados, criando asilos onde estes receberam a instrução de 1º grau e posteriormente seriam enviados às oficinas públicas ou particulares para aprenderem um ofício
Lei 3.454 (1918)	Alterou o ensino profissional no Brasil, com a criação de cursos noturnos.
Decreto 13.064 (1918)	Criação de Escolas de Aprendizes e Artífices.
Leis Orgânicas da Educação (1949)	Chamada de lei orgânica do ensino, que regulamentou a criação das Escolas Federais.
Lei 9.394 (1996)	Chamada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira. Transforma a educação profissional em uma modalidade de ensino.
Projeto de Lei 1603/96, transformada no decreto:	Transforma as antigas Escolas Técnicas em Centro de Educação Tecnológica, CEFETs, futuros Institutos Federais de Educação.



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

2.208 (1997)	
-----------------	--

Fonte: os autores.

Dentro desse amplo universo de ofertas em que a Educação Profissional está inserida, vamos conhecer o campo de atuação do *Programa Novos Caminhos*. Este programa foi criado em 2019 pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Educação – MEC, e tem a finalidade de apoiar redes e instituições de ensino na oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional gratuitos, observando sempre a demanda do setor produtivo. Os cursos do *Programa Novos Caminhos* são ofertados pelos Institutos Federais e são cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), que têm a finalidade de capacitar, aperfeiçoar e atualizar o estudante. São destinados para pessoas que possuem o ensino fundamental completo, tendo duração de 4 a 6 meses (Brasil, 2022).

Os cursos são gratuitos, com certificados ofertados na modalidade presencial e, devido à pandemia, à distância. Dessa forma, para ter acesso ao curso, o aluno precisa ter o mínimo de acesso à tecnologia: computador e *internet*, nas condições atuais. A exigência formal, no entanto, é ter um mínimo de escolarização (pelo menos o fundamental I) e documentação civil. Neste sentido, a educação profissional não chega ao alcance de todos, e, partindo dessa premissa, observamos que em casos mais específicos e que envolvem situação de risco ou vulnerabilidade social, o alcance do ensino técnico ainda é muito pequeno. É o caso das jovens que estão inseridas no Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes em situação de risco (o caso dos abrigos, por exemplo).

Feita então a contextualização sobre o ensino profissionalizante no Brasil, seguimos agora para a população aqui referida nesta pesquisa e sua relação com esta modalidade de ensino, a saber: as jovens que fazem parte do Abrigo Maria das Neves em Arapiraca – AL. Este recebe, por sua vez, crianças e adolescentes em situação de medida protetiva que, em sua maioria, possuem baixa escolaridade e não possuem a documentação civil exigida para terem acesso aos cursos da educação profissional ofertados pelas instituições. É neste contexto que estão inseridas as adolescentes que



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

problematizam este trabalho. Para Kuenzer & Grabowski (2006), o desenvolvimento das forças produtivas coloca desafios às maneiras de se formar, devendo ir além das demandas do capital.

As possibilidades estruturais de cursos para jovens em situação de vulnerabilidade

É sociologicamente constatado que as sociedades ocidentais e orientais comumente se dividem em grupos, nas chamadas formas de estratificação clássicas (*status*, estamentos e classes), como bem diria Weber (2016). Seguindo esta linha, temos Mosca (2002), que, dentro dos estudos da chamada teoria das elites, no início do século XX, constata algo que vemos ainda hoje: que os grupos dirigentes parecem se organizar estrategicamente melhor do que a massa dos dirigidos politicamente. Aqui ele não fala da sociedade civil organizada, como temos a partir dos anos 1960, mas da tendência da sociedade civil mais ampla, de não ter bases de organização política.

A questão é que, usando o modelo de classificação por classes (A, B, C e D), que tem como variável a renda, podemos ver a variação se refletindo em termos de acesso à comida, oportunidades de formação, acesso a tecnologias e dentro dos parâmetros concorrenciais, uma melhor base de enfrentamento da concorrência por postos de trabalho socialmente reconhecidos como tendo *status* (médicos, engenheiros e advogados), traduzindo estas formações em herança de capital cultural, muitas vezes familiarmente condicionado (Bourdieu, 2007). Este mesmo capital cultural, define não apenas aquilo que adquirimos como conhecimento, mas a parte dos elementos culturais à nossa disposição que vamos absorver e definir como um gosto pessoal, criando aquilo que Bourdieu (1989), chama de “formação de *habitus*”.

Pensar por sua vez a realidade brasileira neste contexto e, ainda mais, a condição das pessoas marginalizadas e como propor condições de melhoria de suas posições sociais por meio da qualificação é o desafio desta parte do artigo. O grupo social de que partimos para a análise, de entrada já se faz desafiante, pelo fato de que, os jovens em situação de vulnerabilidade social inseridos dentro do Abrigo Maria das Neves em



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

Arapiraca, são a representação dos *outsiders* contemporâneos (marginalizados, mesmo dentro de um estado democrático de direito). Isso ocorre pelo fato dos direitos civis fundamentais (vida, liberdade e defesa de propriedade), não serem devidamente efetivados, em razão de os jovens não serem registrados oficialmente. Neste caso, nem a cidadania, que é a intervenção estatal no direito individual funciona (Carvalho, 2004).

Curiosamente, tanto o grupo social aqui considerado, como o modelo de educação profissional analisado na primeira seção deste artigo, parecem combinar em um sentido: ambos foram marginalizados em condições específicas. As jovens enquanto excluídas estruturalmente e a modalidade de ensino profissionalizante, como aquela modalidade que seria para a classe a ser explorada e pouco valorizada, em vista da potencialmente produtiva. No contexto das profissões, os ofícios, são escalonados por uma forma de *hexis* que define o uso do corpo e suas habilidades (Bourdieu, 2007). Além disso, os níveis civilizatórios se encarnam aqui (Elias, 1994), dentro das condições estruturais e mostram o que é ou não aceito, dentro do quadro de *status*, se dentro ou fora das chamadas profissões liberais mais promissoras (Becker, 2008).

Segundo (Becker, 2008), esta realidade apresenta um mundo social dividido, com pessoas sendo consideradas melhores do que outras, definindo assim postos estratégicos de submissão e dominação (Mills, 1981). Assim se conhece os membros da aristocracia e os marginalizados. Desta forma, os membros dos grupos mais poderosos exercem uma relação de poder em relação aos que são excluídos e estigmatizados. Becker (2008), denomina as pessoas membros de grupos excluídos como *outsiders*. E como *outsiders*, pessoas em seus grupos sociais (as jovens do abrigo Maria das Neves, por exemplo), experimentaram a condição de subcidadania, logo de princípio, faltando o acesso a requisitos básicos de reconhecimento do Estado e garantias de sobrevivência e cuidado.

Seguindo esta linha de pensamento, alguns questionamentos são a mola propulsora que norteia este artigo, a saber: por que as adolescentes apresentam dificuldades de inserção social, dentro de pontos essenciais como emprego e renda? Por que não conseguem acessar, para isso, cursos voltados para educação profissional e



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

qualificação? E como, dentro destas limitações, fomentar uma formação técnica que aproveite suas habilidades, apesar dos empecilhos formais e limitações educacionais? Dentro dessa perspectiva, infere-se, que as adolescentes inseridas no Abrigo Maria das Neves, por fazerem parte de um grupo que está sobre medida protetiva, provenientes de uma condição vulnerável e de famílias com os mais diferentes conflitos em suas configurações, seriam classificadas dentro da condição de *outsiders* e, consideradas as condições, poderiam ter de forma adaptativa, uma chance de mudança deste quadro, via inserção na educação profissional. Segundo (Becker, 2008, p. 28):

Mas os sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos, muito poderosos, mais tendem a identificar nos grupos outsiders de baixo poder e que servem a membros como justificação de seu status elevado é a prova de seu valor superior. Que costuma ser gerado, nos membros do grupo inferior – inferior em termos de sua relação de forças, pelas próprias condições de sua posição de outsiders e pela humilhação e opressão que lhe são concomitantes. Sob alguns aspectos, eles são iguais no mundo interior. A pobreza – o baixo padrão de vida – é um deles.

Analisando grupos marginalizados e em condição de vulnerabilidade, podemos identificar algumas formas de exclusão e uma das mais comuns é a exclusão por *capital cultural* (Bourdieu, 2007). Não carregar um capital de cultura, enquanto conjunto de informações socialmente reconhecidas, gera marginalização. Este ponto é, ao mesmo tempo, sinal de domínio e poder enquanto superioridade social. Assim, dentro da questão educacional, agora relacionada a uma dada ocupação, a educação profissional é carregada destas nuances. Subsidiando então este artigo podemos dizer que possibilitar a formação profissional para os jovens em situação de vulnerabilidade, não é apenas dotar jovens de capital cultural, mas possibilitar em meio às variáveis da desigualdade (capital cultural, falta de documentos básicos, sub cidadania, cidadania não efetivada), que a inclusão seja feita.

Quadro 2 - Relação: dificuldades estruturais e cidadania

Dificuldades estruturais	Questões ligadas à cidadania
	Entre os documentos básicos estão: Certidão de



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

Ausência de documentos básicos	nascimento; Registro Geral (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Estes mesmos documentos estão relacionados à identificação para o chamado conjunto dos direitos civis: vida, liberdade e preservação da propriedade.
Inserção e manutenção em abrigo	Mediante a possibilidade de exclusão e marginalidade social, os abrigos funcionam como instituições de assistência social, capazes de manter o direito civil da vida, mantendo também o direito social da assistência: protetiva, alimentícia e de reinserção social.
Assistência em situação de vulnerabilidade	Este ponto tem características oriundas dos direitos sociais: seguridade alimentar, abrigo e moradia, mesmo que de forma não permanente; ocupação e trabalho – na forma de fomento de atividades artesanais e de prática profissional.
Promoção de cursos de formação	Aqui o desafio é trazer o direito social de formação profissional para a rotina do abrigo. Ou possibilitar a entrada dos jovens que vivem no abrigo dentro das instituições de formação profissional.
Inserção do mercado de trabalho	Possibilitar, por meio de outro direito social (emprego e renda), a viabilidade de estágio remunerado, com possibilidade de inserção nas atividades de emprego e renda.
Possibilidade de emprego e renda individual	Fomenta a sustentabilidade econômica e cria a possibilidade de desvinculação das atividades do abrigo, criando uma autonomia individual e de renda, que possibilite a emancipação individual.

Fonte: os autores.

Como subsídio aos pontos acima apresentados, realizamos uma observação participante com 5 adolescentes inseridas no Abrigo Maria das Neves. Por uma questão imponderável do momento da pesquisa (Malinowski, 1984), durante a observação participante, todos os assistidos eram do sexo feminino e tinham entre 14 e 17 anos de idade. Assim, foi possível conhecer esse público-alvo e identificar suas necessidades reais, desvelando se almejam uma formação profissional, como almejam isso e se há relação com o que é oferecido pelo sistema de ensino profissionalizante, em vista do atendimento às especificidades do grupo.

Tentando propor a reversão operacional deste estado de coisas, começamos por identificar através da observação participante, o nível de escolaridade das assistidas no



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

Abrigo Maria das Neves. No grupo, três adolescentes estão cursando o 6º ano e duas o 8º ano. Essa baixa escolaridade coloca esse grupo em situação de inclusão de acesso à educação profissional, visto que o capital cultural esperado condiz com cursos do tipo FIC, ofertado pelo *Programa Novos Caminhos*. Em relação à ideia de capital cultural, por pessoa, segue um dos relatos: “Sei ler, e tenho um pouco de dificuldade na escrita” (Jovem 1, 15 anos, 6º ano).

Esta dificuldade, relatada pela jovem em questão, é reflexo de uma realidade brasileira em que o discurso da universalização do ensino básico não acompanha o desenvolvimento de capacidades de leitura e escrita satisfatórias para crianças e jovens na faixa de idade de 7 a 14 anos. O resultado tem sido a manutenção de uma grande massa de excluídos do sistema de educação regular e profissional, que tende a crescer, caso não haja políticas públicas mais incisivas em relação ao acesso e à permanência com qualidade no setor educacional (Kuenzer & Rodrigues, 2013).

Neste contexto, a situação de vulnerabilidade se agrava, porque entre os pobres, negros e mulheres, a desigualdade atua como elemento que também mina as capacidades intelectuais em atividades que requerem mais abstração do que trabalho físico. Isso significa delimitar o espaço de atuação profissional a atividades como cuidadoras, zeladoras, serviços gerais e cozinheiras, para onde são destinados cursos de qualificação profissional de curta duração e baixo custo e que atraem uma parcela das jovens que buscam seu sustento em ocupações de requerem algum treinamento, mas não se enquadram como demasiadamente especializados.

Isso gera uma construção de comportamentos e faces (Goffman, 2008), estabelecendo a estigmatização, portanto, a criação de marcas sociais (por comportamento, problemas físicos e psíquicos ou condição de classe), que tem como efeito a paralisia dos grupos de menor poder social, político e econômico. Embora sejam necessárias outras fontes de superioridade de forças para manter a capacidade de estigmatizar (Becker, 2008).

Continuando dentro das condições de classe, de capital cultural e de oportunidades cognitivamente consideradas, há uma tendência nos relatos, quando há



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

um questionamento quanto ao futuro, à viabilidade das escolhas e às possibilidades de melhoria de vida. A saber:

Jovem 2, 14 anos, 6º ano:

Me vejo com emprego, felicidade e saúde.

Jovem 3, 17 anos, 8º ano.

Eu me vejo saindo daqui já com meu emprego garantido; tendo terminado os meus estudos, ou terminando. Seguindo minha vida.

Diante das nuances apresentadas, a educação profissional para os membros da classe trabalhadora contemplaria os anseios das jovens (2 e 3), expressos acima? A partir deste desejo é possível compreender que a política ligada à educação profissional formulada no Brasil para os próximos 10 anos, tem a possibilidade, mesmo que alicerçada em diferenças de renda e posicionamento funcional, de emergir como um caminho dentro da chamada “sociedade do conhecimento”. Nos parece que este caminho, apesar de pronunciadamente “aberto”, não se apresenta da mesma maneira para todos, em termos de adequação à venda da força de trabalho (ou do capital cultural, se preferir), fomentando a acumulação flexível que exige formação de novo tipo, ativa, criativa e voltada para a integração entre ciência, tecnologia e trabalho.

Por isso, este trabalho sugere, do ponto de vista da “pesquisa ação”, um destaque para a questão da valorização dos que desejam acesso à formação profissional, o que poderia ser ofertado pelo *Programa Novos Caminhos* em Arapiraca, cidade onde fica localizado o abrigo. Seguindo esta constatação, teríamos a análise dos cursos presentes neste programa em Arapiraca, que atendem ao perfil social das assistidas e, além disso, pensamos também em um *rol* de cursos que se adequam à situação: superação da vulnerabilidade; apoio para jovens aprendizes e possibilidade de capacitação dentro de conhecimentos técnico/práticos. No intuito de cumprir este caminho metodológico, primeiro apresentamos os cursos disponíveis:

Quadro 3 - Cursos ofertados em nível FIC nos *Campus* do IFAL

Cursos	Vagas
--------	-------



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

Agente de desenvolvimento cooperativista^{4*}	120
Almoxarife	130
Assistente administrativo*	130
Assistente de contabilidade	120
Assistente de logística	120
Gestor de microempresa*	130
Microempreendedor individual	120
Operador de sistemas de irrigação*	60
Produtor de derivados do leite	60
Produtor de frutas, hortaliças e plantas aromáticas	60
Produtor de licores	120
Produtor de queijo	60

Fonte: Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Depois desta apresentação dos cursos *in loco*, uma das jovens relatou que faria um destes cursos, pela oportunidade de ser incluída no mercado de trabalho, mas tinha também outra opção, vinculada ao grau de *status* social:

Jovem 4, 17 anos, 8º ano:

Assistente administrativo não é exatamente o trabalho que a gente quer para o futuro, mas é daí que a gente começa.

Questionada sobre qual é o trabalho que ela quer para o futuro, a mesma responde: 'Meu futuro: Medicina'!

Analisando a exposição da jovem 4, vemos a necessária menção sobre a importância dos objetivos de sobrevivência, lidando em concomitância com outras aspirações, que, diante do contexto (estrutural e social), parece menos real ao grupo classificado como *outsider* do que outro, colocado na condição de estabelecido (Becker, 2008; Elias & Scotson, 2000). Dessa maneira, percebemos no grupo de adolescentes que o desejo de ter um trabalho é maior que o de realizar cursos que lhe deem um retorno pessoal e satisfação. Quatro integrantes deste grupo trocariam os cursos ligados ao comércio e às profissões liberais, para realizarem cursos ligados ao domínio cultural e apenas uma delas optaria por um curso que aliaria técnica com arte, nos segmentos da culinária, dança e canto.

Do grupo das que se colocaram como entusiastas dos cursos ligados ao domínio

⁴ Os cursos marcados por (*), são ofertados pelo IFAL - Campus Arapiraca.



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

cultural, mesmo com ressalvas, estão as jovens 1 e 3. Tal desejo nos leva a questionar se é possível a realização de cursos via FIC/*Novos Caminhos*, com um viés eminentemente cultural, e se estes são capazes de garantir uma formação adequada a ponto de promoverem a absorção no mercado de trabalho no cenário alagoano. Em relação à modalidade dos cursos, é predominante a escolha por cursos presenciais e que sejam realizados fora das dependências do abrigo, conforme comentário da jovem 2, que afirma: “[...] curso realizado em outro local e presencial é melhor”. Este posicionamento não apenas se alicerça na oposição qualitativa entre presencial/semipresencial/a distância, mas nos parece referir, principalmente, a liberdade que se pode ter em se socializar, num ambiente fora dos muros do abrigo, gerando uma sensação de conexão entre a jovem, a sociedade e o processo de inclusão/superação.

Quadro 4 – Lista de cursos propostos e suas adaptações

Curso	Proposta geral
Curso em moda e costura	Busca formar pessoas para as habilidades em desenho de roupas, preparação dos materiais e confecção. Tanto para fabricação própria, quanto para supervisão de processos e produção e treinamento de aprendizes.
Curso de gastronomia	Busca formar pessoas que desenvolvam dentro das habilidades culinárias a preparação tanto de pratos regionais quanto de pratos ligados à gastronomia mais refinada e cultural, ligada à experimentação <i>gourmet</i> e turística.
Curso de guia de turismo	Busca formar pessoas que estejam preparadas para guiar turistas pelos pontos históricos da capital alagoana, mostrando seus marcos materiais e naturais, (o que também se estende pelo interior alagoano), sendo familiarizadas com a localização de demonstração das técnicas regionais (que são nosso patrimônio imaterial).
Curso de atendimento em hotelaria	Busca preparar para o atendimento em hotéis e pousadas, buscando criar um clima de receptividade e acolhimento. Requer a preparação bilíngue, que pode vir acompanhada de curso de noção básica em Espanhol e/ou Inglês.
Curso de assistência de direção em teatro e dança	Busca formar pessoas que auxiliem no processo de direção de espetáculos teatrais e <i>shows</i> diversos, no referente à organização de palco, dando suporte à execução das apresentações.



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

Curso de atendimento ao cliente e vendas	Busca formar atendentes de lojas comerciais e desenvolver a capacidade de promoção de vendas, tanto em âmbito lojista como em âmbito de representação comercial, com marcas e clientes no atacado.
Curso de gerência de compras e estoques	Busca formar pessoas que trabalhem exclusivamente com a supervisão de compras no meio comercial e que ao mesmo tempo possam ajudar nos processos de formação de estoques.

Fonte: os autores.

O perfil aqui traçado, nos apresenta um grupo no qual a maioria gostaria de realizar cursos ligados ao domínio cultural (por isso a composição de nossa proposta, passa por esta demanda). Contudo, a realidade estrutural do mercado e as opções de emprego, fazem com que estejam abertas a realizar cursos ligados ao comércio, para que possam garantir uma entrada nas possíveis vagas (disso também resulta a nossa adaptação a proposta de cursos). Por isso o quadro acima mescla as duas composições. Os cursos de 1 a 5, a saber: curso em moda e costura; curso de gastronomia; curso de guia de turismo; curso de atendimento em hotelaria e o curso de assistência de direção em teatro e dança, envolvem as áreas técnicas e de relações humanas e artes, sendo este último o mais próximo do lúdico em um formato FIC. Lembrando que estes cursos são apresentados aqui, não como cursos reais, mas como tipos ideais (Weber, 2009), que servem como referência analítica e aqui demonstram a importância da revisão do *rol* de cursos ofertados.

Por sua vez, os cursos 6 e 7, a saber: curso de atendimento ao cliente e vendas e curso de gerência de compras e estoques, são cursos considerados de entrada para as relações comerciais e demandam certo treinamento para um rendimento melhor. Contudo, para ambas as formatações de cursos, há uma condição para jovens aprendizes, que abarca, segundo o ECA (Brasil 1990), jovens antes e a partir dos 14 anos de idade, o que parece ser o cenário proveitoso para o início do aprendizado laboral, que é a exigência de remuneração em estágio e posteriormente em emprego fixo. Esta condição não seria aqui menos importante do que a criação de oportunidades de formação e emprego.



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

Considerações finais

Este artigo buscou abordar como objeto de estudo a formação profissional voltada para as jovens que frequentam o abrigo Maria das Neves em Arapiraca – AL e que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Apesar do abrigo ter como regra a admissão de jovens de ambos os sexos, no momento do relato sobre a vivência no campo da pesquisa, se encontravam no abrigo 5 jovens mulheres que tiveram seus relatos coletados acerca da questão profissional e seus anseios.

Um ponto fundamental desta pesquisa foi a formulação de um catálogo de cursos para o ensino técnico, via formação inicial e continuada – FIC, promovido pelo *Programa Novos Caminhos*. Depois, definimos o alcance do processo educacional profissionalizante, questionando este mesmo caráter de formação para a melhoria social e colocamos que um de seus desafios é a inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Este trabalho apresenta, então, a necessidade da educação profissional em abarcar jovens que frequentam abrigos, entre eles o abrigo Maria das Neves em Arapiraca – AL. Em nível FIC, não vemos até o momento nenhuma iniciativa que possa ter contemplado jovens em tal situação, com problemas inclusive de acumulação de capital cultural, o que limita a portabilidade de conhecimentos básicos. Neste sentido, o desafio é duplo: pensar um ensino profissionalizante em termos mais práticos do que teóricos e o *rol* de cursos que sejam proveitosos dentro da área cultural e comercial.

Com isso seguimos para a proposição prática, na última parte do artigo, que antes disso já definiu o *rol* de cursos que são disponíveis no IFAL, via FIC (do *Programa Novos Caminhos*), partindo depois para a montagem de um quadro, tipo ideal, de cursos que poderiam ser aproveitados diante do público analisado. Este mesmo quadro serve como referência (ainda não existente), do que pode servir de parâmetro de intervenção em educação profissional, sendo então flexível em sua aplicação. Estes cursos podem ser feitos no próprio espaço do abrigo ou preferencialmente fora dele, como mencionado por uma das jovens ouvidas.

Concluimos então, que esta pesquisa se faz fundamental, não para esgotar o



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

problema da inserção da educação profissional em ambientes socialmente complexos, fora dos já consolidados (como as escolas, por exemplo), mas por propor a reflexão, diante de um público selecionado, pensando a educação profissional como parâmetro de inclusão de pessoas fora dos padrões convencionais e que por isso, precisam ainda mais de qualificação e fomento de oportunidades.

Referências

Becker, Howard. **Outsiders**: estudos de Sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Bourdieu, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Brasil. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997.

Brasil. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

Brasil. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

Brasil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, 2012.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social - SUAS**. Brasília, 2009.

Brasil. Ministério da Educação. **[Cursos de Formação Inicial e Continuada \(FIC\) ou Qualificação Profissional](#)**. Brasília, 2022.

Carvalho, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Elias, Norbert. **O processo civilizador**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.



A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves, em Arapiraca – AL

Aline Alves & James Washington

Elias, Norbert & Scotson, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Fonseca, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

Garcia, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da História**: a gênese da formação profissional no Brasil. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação, 2000.

Goffman, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Grabowski, Gabriel & Kuenzer, Acácia Zeneida. Educação profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Revista Perspectiva**, v. 24, n. 1, p. 297-318, 2006.

Kuenzer, Acácia Zeneida. **Ensino Médio e Profissional**: as políticas do Estado Neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

Kuenzer, Acácia Zeneida & Rodrigues, Humberto. As relações entre o mundo do trabalho e a escola: a alternância como possibilidade de integração Educação. **Revista do Centro de Educação**, v. 38, n. 3, p. 523-535, 2013.

Malinowski, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Marshall, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

Mills, Charles Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Mosca, G. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

Taylor, Edward. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. Edições Loyola: São Paulo, 1997.

Weber, Max. Classe, Estamento, Partido. In: Weber, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2016, p. 126-137.



**A inserção da formação profissional no abrigo para adolescentes: Maria das Neves,
em Arapiraca – AL**

Aline Alves & James Washington

Weber, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UNB, 2009.

Weber, Max. **Ética Protestante e Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.